REGISTRO

2015
10/Junho
Nº 288
CUT

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

Copasa faz propostas para acabar com direitos e prejudicar benefícios

A direção da Copasa apresentou uma contraproposta indecente às reivindicações dos trabalhadores para o Acordo Coletivo 2015. A nova gestão contraria toda a expectativa dos trabalhadores de "mudança" e de recuperação da Copasa como uma empresa de objetivos e responsabilidade social.

Na mesa de negociação, voltamos a denunciar o retrocesso absurdo e irregular praticado contra os trabalhadores, que estão proibidos de realizar procedimentos médicos necessários nos exames periódicos, além de problemas graves de desobediência aos termos da GADVI, proibição e compensação de horas extras. A empresa não responde a cada uma das reivindicações apresentadas pela categoria e propõe cortes e prejuízos imorais nos direitos conquistados pela categoria.

MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA

A contraproposta apresentada pela Copasa demonstra para todos os trabalhadores que precisaremos de muita mobilização para impedir que nossos direitos sejam duramente prejudicados.

Na contramão de todas as expectativas dos trabalhadores a empresa propôs o impossível:

1- FIM do pagamento DO ANUÊNIO para novos trabalhadores contratados;

2- REAJUSTE DE 8,34% (INPC) nos salários, sem considerar o ganho real de 5% reivindicado pela categoria

3- REAJUSTE ZERO NOS BENEFÍCIOS sociais (auxílio funeral, auxílio creche, tíquete refeição, cesta básica e outros), mesmo com a inflação voltando a galopar, como demonstram os índices oficiais do governo;

4- Comissão com representação sindical para rever em 90 dias os indicadores para aferição da GDI, definindo um novo modelo a ser apresentado em janeiro de 2016;

5- Constituir em 120 dias uma comissão, com participação de três representantes dos trabalhadores, para estudar e rever o Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS), com implantação em até 12 meses;

6- Estudo a partir de janeiro de 2016 de alternativas de planos de saúde a serem oferecidos pelo Copass, que representem menor impacto financeiro;

7- Propõe ainda que o ACORDO COLETIVO com esta porcaria de contraproposta seja assinado com validade DE DOIS ANOS

O SINDÁGUA e demais sindicatos unificados (Senge e Saemg) manifestaram sua REJEIÇÃO da contraproposta, mas concordaram com a solicitação da empresa de levar à decisão das assembleias dos trabalhadores. Adiantamos que faríamos isto com a INDICAÇÃO DE REJEIÇÃO da contraproposta esdrúxula. Reiteramos a necessidade de discussão de todos os itens da pauta de negociações. Reforçamos itens que são prioritários nas reivindicações, para termos condições de participar do processo de recuperação de uma COPASA MAIS SOCIAL:

1- Fim da GDI e incorporação dos 16,5% nos salários;

2- Fim da aplicação da política de porte nos salários, que quebra a isonomia de mesmo salário para mesma função;

3- Reajuste pela inflação medida pelo INPC (8,34%);

4-Discussão e implantação IMEDIATA de um novo Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) e correção da tabela salarial.

ASSEMBLEIAS PARA DAR UM SONORO NÃO

Repudiamos na própria mesa de negociações a contraproposta indecente dos patrões. O **NÃO** já foi dado pelos sindicatos unificados (SINDÁGUA, Senge e Saemg), mas, ainda assim, a proposta desrespeitosa vai ser submetida aos trabalhadores em Assembleias que convocamos para os próximos dias 11 a 16 de junho em todo o Estado.

A falta de respeito com esta proposta socialmente "covarde", tentando prejudicar a alimentação e benefícios sociais dos trabalhadores, serve para incendiar todos os companheiros, para nos levantarmos e nos mobilizarmos contra esta falta de responsabilidade do patrão que resolve testar nossa indignação.

A empresa volta a passar por cima de todas as reivindicações e dá respostas a poucas delas, ignorando uma discussão séria e responsável dos problemas que a categoria pede solução.

Vamos nos mobilizar! GRaVE sua indignação, para incendiarmos nossa luta, preservarmos nossos direitos e exigirmos respeito do patrão!

ASSEMBLEIA GERAL

De 11 a 16 de junho em todo o Estado. Dia 16 – 12H – sede do SINDÁGUA

PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA CHEGA

AMEAÇA À POPULAÇÃO MAIS POBRE QUE PAGARÁ CARO PARA TER ACESSO AOS SERVIÇOS ESSENCIAIS NO SANEAMENTO

Universalizar o saneamento foi sempre uma meta declarada do governo de Minas. As direções da Copasa e os governos se vangloriavam da "política de subsídios cruzados" para levar o saneamento a todo o Estado, universalizando um serviço essencial para a saúde da população, permitindo às populações pobres o acesso a condições sanitárias no meio ambiente, água tratada e de qualidade para todos.

Desde que serviços de água e tratamento de esgoto passaram a significar grande possibilidade de lucro para iniciativas privadas, com ações nas bolsas de valores em busca de retorno de investimentos no setor, esta preocupação com o sanitarismo e a saúde da população parece ter sido abandonada pelo Governo de Minas, pela direção da Copasa e pelas autoridades executivas e legislativas no Estado.

Vivemos um momento de grande preocupação na Copasa com o fim de mais 100 contratos de concessão de serviços municipais de saneamento num período de um ano. Além de passar a significar para a iniciativa privada um verdadeiro "filão" em busca de lucros, não vemos a orientação e iniciativas objetivas do Governo de Minas e da direção da Copasa para preservar os contratos de serviços com os municípios. No Governo se diz: "esta é uma questão para ser resolvida pela Copasa". E na Copasa, o que se diz? Que o governo, como sócio majoritário dentro da Copasa, deveria defender o seu negócio, ou seja, um negócio de interesse por serviços essenciais da população, pelo qual o governo tem responsabilidades sociais em termos de políticas de saúde.

Quem, então, deve defender os serviços de saneamento nas mãos de uma empresa estatal, como instrumento de universalizar o acesso às populações de todo o Estado, ricos, pobres e miseráveis? Respondemos com segurança: é de todos nós, trabalhadores, cidadãos, Governo do Estado, municípios, direção da empresa estatal, a Copasa.

Sabemos também de outros indicadores que diagnosticam o caos. Governos comprometidos com empreiteiras, que financiam campanhas políticas e investigadas em vários processos de corrupção, implementaram gestões para sucateamento das grandes empresas estatais mineiras (tanto Cemig quanto Copasa). Vender estruturas fortes de geração de receitas com tarifas seria ainda um melhor negócio se as estruturas destas empresas fossem destruídas, sucateadas, passando a depender de investimentos privados, como Parceria Público Privada (PPP), preparando um ambiente propício às privatizações. Sucatear a capacidade do Estado para entregar ao investidor privado. Isto é o que vem acontecendo, para explicar os graves desdobramentos das iniciativas de prefeitos que tentam romper os contratos com a Copasa, para entregar os serviços à privatização. Uma iniciativa que deve exigir bastante atenção do Ministério Público, da Polícia Federal e todas as instâncias de fiscalização para impedir que a saúde do povo através do saneamento ambiental seja vendida por recompensas políticas ou outras menos confessáveis.

Devemos exigir que o novo Governo de Minas e a direção da Copasa se manifestem publicamente sobre sua posição na defesa deste serviço essencial para a população.

A omissão permite que os negócios sejam realizados livremente, sem uma discussão aberta da sociedade sobre um tema em que o Estado deve responder.

O MEIO AMBIENTE É RESPONSABILIDADE PÚBLICA

TRATAMENTO DA ÁGUA E DOS ESGOTOS SÃO ESSENCIAIS À VIDA